

TRANSFORMAÇÕES E LUGARES EM ESPERA As frentes de águas da Área Metropolitana de Lisboa

TRANSFORMATIONS AND EXPECTANT PLACES Waterfronts of Lisbon Metropolitan Area

Paulo Tormenta Pinto, Ana Brandão, João Costa, Inês Cayolla

DINÂMIA'CET, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

paulo.tormenta@iscte-iul.pt

ana.luisa.estevao@iscte-iul.pt

joao_maria_costa@iscte-iul.pt

ines_cayolla@iscte-iul.pt

RESUMO

As frentes de água são hoje palco de atenções e pressões, já que nelas têm lugar inúmeras dinâmicas urbanas e políticas de gestão territorial. Na Área Metropolitana de Lisboa (AML) há manifestações contemporâneas desta complexidade, com processos de valorização reputacional e económica e uma maior atenção à sua vulnerabilidade ambiental. Apesar das fortes transformações das últimas duas décadas, prevalecem áreas em espera, vulneráveis, sem estratégias definidas.

A investigação pretende explorar os processos de transformação nas frentes urbanas de água, procurando sistematizar as tipologias e problemáticas que aí se manifestam. O trabalho compreende um estudo e mapeamento das frentes de águas na AML, fazendo um retrato das suas alterações recentes e dos espaços expectantes. Os resultados pretendem alargar a consciência da paisagem e dos territórios ribeirinhos e discutir desafios e alternativas de desenvolvimento futuras.

Palavras-chave: frentes de água, *terrain vague*, Área Metropolitana de Lisboa, políticas urbanas.

Linha de Investigação: 1. Cidade e projeto **Topico:** Estudos metropolitanos e territoriais

ABSTRACT

The waterfronts are currently attention and pressure focus, as numerous urban dynamics and territorial management policies take place on them. In the Lisbon Metropolitan Area (LMA) there are contemporary manifestations of this complexity, with reputational and economic valuation processes and greater attention to its environmental vulnerability. Despite the strong transformation of the last two decades, there are expectant areas, vulnerable, without defined strategies.

The research aims to explore the processes of transformation on urban waterfronts, seeking to systematize typologies and problems that manifest there. The work includes a study and mapping of the waterfronts of the LMA, making a portrait of its recent transformations and vacant spaces. The results are intended to broaden the consciousness of the riverine landscape and territories and to discuss the challenges and alternatives to their future developments.

Keywords: waterfronts, urban void, Lisbon Metropolitan Area, urban policies.

Thematic clusters: 1. City and project **Topic:** Metropolitan and territorial studies

Introdução

As frentes de água, territórios singulares de interface entre a cidade e o rio, entre o espaço construído e os elementos naturais, são hoje palco de inúmeras atenções e pressões dado as inúmeras dinâmicas urbanas e políticas de gestão territorial que nelas têm lugar.

Na passagem da “cidade industrial” para a “cidade pós-industrial”, processos de reconversão portuária levaram à construção de novos portos fora das cidades e à libertação de grandes áreas nos centros urbanos (correspondentes aos antigos portos industriais), depois requalificadas como frentes de água urbanas. O processo iniciou-se nos anos 1960 em Baltimore e Boston e estendeu-se depois ao resto do mundo ao longo das décadas seguintes. Casos como Londres, Barcelona, Génova, Roterdão ou Hamburgo na Europa; Tóquio, Yokohama e Singapura, na Ásia ou Buenos Aires na América Latina, ilustram este fenómeno.

As novas frentes de água ilustram a alteração estrutural da produção para o consumo. As intervenções privilegiam espaços de recreio e de lazer, cultura e turismo, aproveitando o papel valorizador da água e refletindo novas formas de fazer cidade (Meyer, 1999). Frequentemente, a requalificação das frentes de água é parte de um processo mais abrangente onde se desenham novas áreas urbanas, incluindo usos terciários ou residenciais. As funções portuárias são mantidas quando associadas aos novos usos dominantes, com exemplos da náutica de recreio e nos terminais de cruzeiros.

Em muitos casos, a reconversão é desenvolvida a partir de grandes projetos, dada a dimensão considerável das áreas e a necessidade de mobilização de atores, recursos e capital. Noutros, a organização de eventos internacionais — Exposições Mundiais, Olimpíadas, etc. — funcionam com contexto para levar a cabo estas reconversões, reunindo investimento, recursos e formas de gestão urbana, não possíveis na produção urbana “corrente” (Viegas, Grande, & Branco, 1997). Neste processo de valorização da imagem das cidades e da sua distinção, a arquitetura tem um papel de destaque como aspeto diferenciador. Os esforços concentram-se em torno de grandes projetos icónicos, que tentam “re-situar” a cidade através da sua ação pontual. O caso paradigmático - Bilbao e o Museu Guggenheim - é frequentemente reproduzido (Marshall, 2001).

No entanto, nem todos os antigos espaços industriais são reincorporados numa lógica produtiva da cidade. Refletindo sobre o potencial destas grandes áreas obsoletas, Solà-Morales(2002) reclama o valor da ruína e da improdutividade dos espaços e edifícios abandonados, a partir do conceito de *terrain vague*. Marcados pela indefinição e de limites indeterminados, são espaços de alternativa crítica à racionalidade produtiva da urbanização comum. O seu carácter marginal e transitório permite um sentido de liberdade e espaço para alternativas, expondo e tornando visível os diferentes tempos de transformação das cidades.

A proximidade aos cursos de água traz outras questões ambientais. Se na maioria das intervenções correntes de requalificação de frentes de águas urbanas, o ambiente natural é percebido e incorporado como espaço para atividades recreativas ou cenário de contemplação, na realidade, o seu valor ecológico ultrapassa grandemente esta visão utilitária da Natureza (Avni&Teschner, 2019). Em casos mais excecionais, as intervenções de requalificação passam pela renaturalização das frentes de água, apostando no reforço da sua capacidade ecológica. O renovado interesse pela necessidade de conservação e preservação destes espaços naturais, surge em linha com uma consciência cada vez mais sedimentada sobre os efeitos produzidos pelas alterações climáticas, e os consequentes esforços de adaptação, nos quais as frentes de água são um território em destaque.

Na Área Metropolitana de Lisboa (AML), os territórios ribeirinhos têm vindo a sofrer alterações em linha com as acima descritas, sobretudo nas últimas duas décadas, no seguimento da transformação urbana para a Exposição Mundial de 1998 (EXPO'98). Essa experiência pioneira¹ funcionou não só como um “laboratório” para novas formas de produção urbana, como introduziu novas tipologias de espaços e standards de qualidade, dando protagonismo e motivando vários atores urbanos para a requalificação das frentes de rio. No entanto, estas transformações não têm acontecido de forma homogênea no território metropolitano, havendo mesmo manifestações de processos e interesses contraditórios: é possível encontrar frentes de água requalificadas como predomínio de atividades de recreio e lazer, grandes projetos urbanos de reconversão de áreas industriais, mas também espaços vacantes de natureza variada ou áreas de valor ambiental e ecológico pouco valorizadas. Serão as estratégias de qualificação vigentes viáveis e passíveis de ser replicadas nos restantes espaços ribeirinhos da AML, ou há condicionantes específicas e novos desafios que necessitam de abordagens diferenciadas?

Tendo como marco a EXPO'98 e as influências ou legados dessa experiência, pretende-se estudar como as frentes de água da AML têm vindo a ser alteradas. Reconhecendo a diversidade de espaços e dinâmicas presentes, a investigação tem como objetivo caracterizar não só os processos de transformação ocorridos recentemente, como também os espaços que se mantêm expectantes. Esta sistematização permite identificar e discutir brevemente algumas problemáticas relevantes e desafios presentes e futuros destes territórios. O artigo procura contribuir para uma discussão mais alargada sobre as estratégias vigentes de transformação da AML e sobre a sua capacidade de qualificar e equilibrar as desigualdades existentes.

1. As frentes de água da Área Metropolitana de Lisboa

A AML engloba 18 municípios divididos pelo rio Tejo, com a maior concentração populacional e económica de Portugal, num território socialmente bastante heterógeno e de grande variedade morfológica. A tendência polinuclear e de inversão do modelo centro-periferia, não apagou o forte “efeito metrópole” da cidade de Lisboa (Portas, Domingues, & Cabral, 2011), nem as desigualdades entre as duas margens do rio Tejo. As suas frentes de água têm feito parte deste esforço de qualificação do território, com várias iniciativas de requalificação e intervenção, mas onde também permanecem áreas em espera, outras vulneráveis ou com potencial latente que importa mapear e compreender.

A análise aqui apresentada centrou-se nos municípios que marginam o rio Tejo² e a sua foz. Foi desenvolvida a partir do levantamento, mapeamento e caracterização (localização, programa, autores, enquadramento, etc.) dos planos e projetos levados a cabo e em espera, e do estudo dos processos associados. Incluiu trabalho empírico (levantamento de campo, registos fotográficos, etc.) e análise documental de instrumentos de planeamento urbano e projetos arquitetónicos e de espaço público. A criação de uma cronologia e a organização dos espaços e projetos em tipologias permitem uma sistematização da informação reunida e trabalhada e possibilita a discussão seguinte.

¹ Este trabalho insere-se na investigação “GrandProjects – Architectural and Urbanistic Operations after the 1998 Lisbon World Exposition” que estuda o legado da EXPO'98 nas políticas e transformações urbanas em Portugal.

² Na margem norte – Cascais, Oeiras, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira – e na margem sul – Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada.

1.1 Transformações: intervenções de requalificação de frentes de água

A experiência positiva da EXPO'98 motivou novas expectativas e oportunidades não só para os espaços portuários e industriais já desativados ou com pouca atividade produtiva, como também para muitas frentes de água urbanas em torno do Estuário do Tejo. Nas últimas duas décadas (Figura 1), as frentes de água têm-se tornado territórios apetecíveis e prioritários para as políticas urbanas, sobretudo com a aposta na qualificação do espaço público, com atividades de recreio e lazer muitas vezes aliadas a temáticas identitárias, mas também na construção de alguns equipamentos e intervenção em estruturas naturais. Estas ações têm sido concretizadas de diferentes formas com a mobilização de vários atores, recursos técnicos e financeiros.

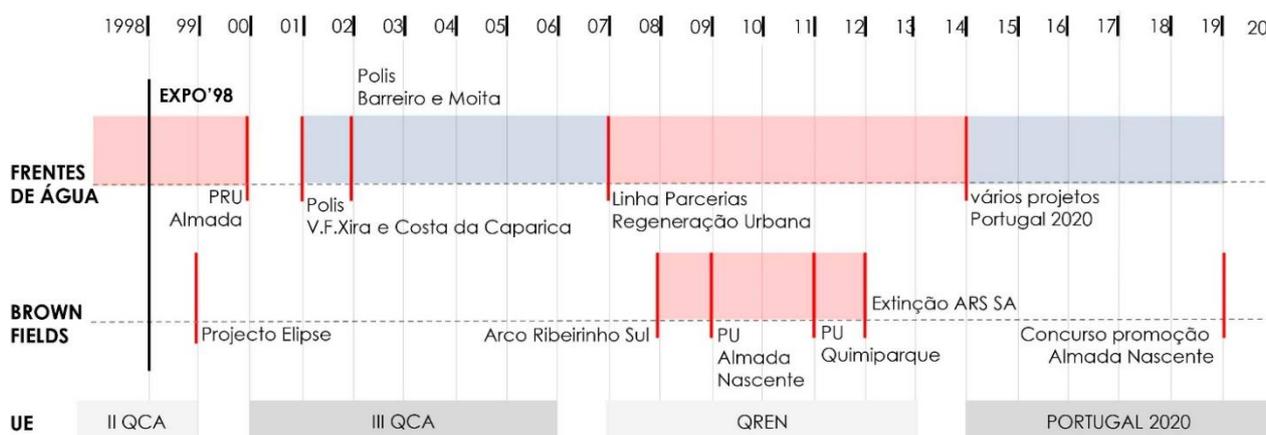


Fig. 1 Cronologia dos principais programas e projetos nas frentes de água AML depois da Expo'98. Fonte: elaboração própria.

Desde logo é possível verificar o impacto de programas à escala nacional de iniciativa do Estado Central como é o caso do Programa Polis³ (2000). O programa teve como objetivo “melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental” (Resolução do Conselho de Ministros no 26/2000, 2000), com intervenções em quatro cidades nos concelhos deste estudo. O programa foi organizado em quatro componentes e duas fases de seleção das cidades integrantes. A componente 1 - Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental mobilizou mais recursos e maior capacidade operativa, com 28 cidades selecionadas. Em 23 destas, a estratégia de intervenção foi definida num plano estratégico⁴— desenvolvido pela Parque Expo⁵ em parceria com cada município — com objetivos, calendarização, financiamento, Planos de Pormenor ou de Urbanização a desenvolver e ações de requalificação a executar. As restantes cinco cidades tiveram um modelo de execução mais simplificado a cargo dos municípios. Na AML, a Costa da Caparica (concelho de Almada) pertence ao primeiro grupo de

³Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, lançado em 2000 pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

⁴ Para gerir e concretizar esta estratégia foram criadas para cada operação, sociedades anónimas de capitais públicos, as Sociedades Polis, com participação do Estado Central (60%) e do Município (40%).

⁵Parque Expo, SA – empresa do setor empresarial do Estado, de capitais exclusivamente públicos, criada para a conceção e execução da EXPO'98 e da reconversão urbanística associada. Depois da exposição garantiu a gestão urbanada Parque das Nações e desenvolveu projetos de planeamento e regeneração urbana.

ciudades, e Vila Franca de Xira ao segundo. A componente 4 deste programa – Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades –apoiou pequenos projetos no Barreiro e na Moita, com intervenções lideradas pelos municípios.

No entanto, a maioria das intervenções é de iniciativa das autarquias, sendo a dimensão e âmbito das intervenções dependentes de recursos, de oportunidade e da estrutura e capacidade operativa de cada município. Em alguns casos estão integradas em programas e estratégias municipais de revitalização urbana e ambiental, como o caso do Pró-Tejo (Moita) e o Programa REPARA (Barreiro). Em algumas cidades, vários projetos parciais, executados em sucessivas intervenções, vão sendo agregados em estruturas contínuas de maior dimensão e alcance territorial. O município de Vila Franca de Xira, é exemplo disso por executar, de uma forma bastante consistente, repetidas ações de requalificação do espaço público na sua frente ribeirinha.

Ao longo destes 20 anos, a maioria das intervenções públicas são executadas com recurso o apoio de fundos europeus, através de diversas linhas de financiamento. Por exemplo, no âmbito QREN⁶, o Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013 - POR Lisboa, a linha “Parcerias para a regeneração urbana” apoiou operações integradas de regeneração urbana em frentes ribeirinhas e marítimas em Lisboa, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete. Quanto ao investimento privado, também é visível uma apetência pelas frentes de água, sobretudo para usos habitacionais e turísticos e ocasionalmente serviços.

O mapeamento e caracterização destas intervenções (Quadro 1) permite organizá-las a partir de diferentes tipologias de intervenção mais comuns:

- Passeios ribeirinhos ou marítimos—requalificações com alguma extensão, ao longo dos cursos de água, em frentes urbanas, oferecendo usos de lazer e recreio e mobilidade suave.



Fig. 2 Frente Ribeirinha do Seixal; Paredão de Cascais; Passadiços dos Moinho de Alburrica, Barreiro. Fonte Própria.

⁶Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013

- Parques ribeirinhos —parques verdes urbanos situados nas frentes de água, e, por vezes, com ligações ao interior dos tecidos urbanos. Incluem ciclovias, equipamentos de desporto ao ar livre e zonas de lazer.



Fig. 3 Parque José Afonso, Moita; Parque Ribeirinho Moinhos da Póvoa, Vila Franca de Xira; Parque e Quinta do Saldanha, Montijo. Fonte Própria.

- Centros históricos — requalificações nas frentes de água associadas a núcleos históricos e outros espaços consolidados, valorizando aspetos identitários e culturais e usos de lazer.



Fig. 4 Frente Ribeirinha de Alcochete; Envolvente à Caldeira, Moita; Requalificação da Rua Cândido dos Reis, Almada. Fonte Própria.

- Estruturas naturais — valorização e conservação de habitats e recursos naturais, compatibilizando-os com o uso humano.



Fig. 5 EVOA (Espaço de Visitação e Observa o de Aves), Vila Franca de Xira; Sapal de Corroios, Seixal; Salinas de Samouco, Alcochete. Fonte Própria

- Mobilidade — novas liga es e infraestruturas de suporte como passadiços, ciclovias, pontes pedonais, terminais fluviais ou de cruzeiros.



Fig. 6 Ciclovvia do Tejo, Vila Franca de Xira; Frente ribeirinha de Vila Franca de Xira; Elevador da Boca do Vento, Almada. Fonte Própria.

- Edifícios — reabilita o ou constru o nova de edifícios públicos, maioritariamente de equipamentos culturais e edifícios de apoio a áreas de lazer; o investimento privado centra-se em atividades turísticas, habita o ou terciárias.

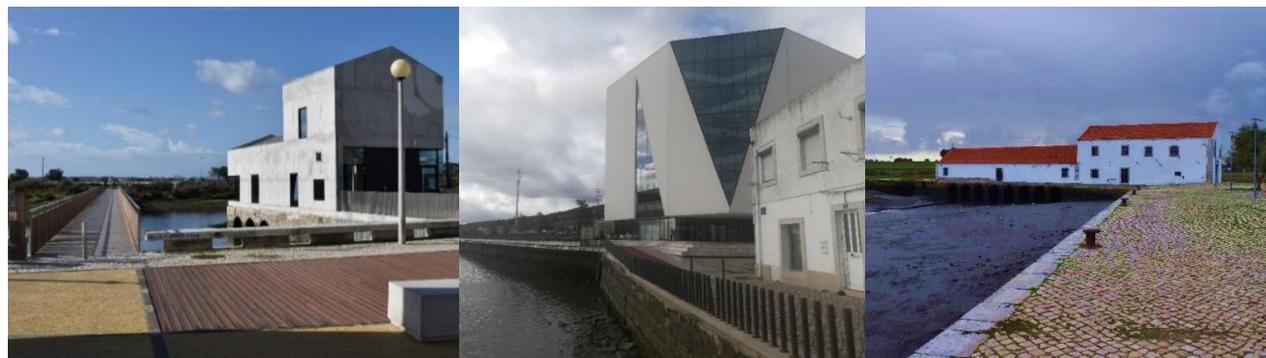


Fig. 7 Moinho de Mar , Barreiro; Biblioteca Municipal, Vila Franca de Xira; Moinho Mar  de Corroios, Seixal. Fonte Própria.

	Passeios Ribeirinhos Ou Marítimos	Parques Ribeirinhos	Centros Históricos	Estruturas Naturais	Mobilidade	Edifícios
Cascais	<ul style="list-style-type: none"> ● Paredão de Cascais; ● Passeio Marítimo da Praia de Carcavelos; 			<ul style="list-style-type: none"> ● Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Ciclovia Cascais-Guincho; ● Ciclovia Urbana de S. João do Estoril a Carcavelos; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Cidadela de Cascais; ● Farol-Museu de Santa Marta; ● NOVA SBE;
Oeiras	<ul style="list-style-type: none"> ● Passeio Marítimo de Oeiras; ● Requalificação da frente marginal de Paço de Arcos ● Porto de Recreio de Oeiras 			<ul style="list-style-type: none"> ● Projeto Eixo Verde e Azul* 	<ul style="list-style-type: none"> ● Pista pedociclável entre Algés e a Cruz-Quebrada 	<ul style="list-style-type: none"> ● Cidade do Futebol;
Lisboa (maior relevância)	<ul style="list-style-type: none"> ● Doca de Recreio de Santo Amaro; ● Doca do Espanhol; ● Jardins Garcia da Orta; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Corredor Verde do Vale de Alcântara*; ● Parque Ribeirinho Oriente; ● Espaços Públicos da Expo; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Terreiro do Paço; ● Ribeira das Naus; ● Cais do Sodré; 		<ul style="list-style-type: none"> ● Terminal de Cruzeiros; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Centro Champalimaud; ● Hotel Altis Tejo; ● Museu do Oriente; ● Hospital CUF Tejo; ● Museu Nacional dos Coches; ● MAAT; ● Jardins de Braço de Prata*;
Loures	<ul style="list-style-type: none"> ● Requalificação da Frente Ribeirinha*; 					<ul style="list-style-type: none"> ● Reabilitação Palácio de Valflores*;

	Passeios Ribeirinhos Ou Marítimos	Parques Ribeirinhos	Centros Históricos	Estruturas Naturais	Mobilidade	Edifícios
Vila Franca de Xira	<ul style="list-style-type: none"> • Frente Ribeirinha Alhandra e VF Xira; 	<ul style="list-style-type: none"> • Parque Urbano de Póvoa de Santa Iria; • Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo; • Parque Ribeirinho Moinhos da Póvoa e Ciclovía do Tejo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação de Cais e do Jardim Constantino; • Qualificação dos Espaços Exteriores do Bairro dos Avieiros de Vila Franca de Xira; 	<ul style="list-style-type: none"> • EVOA-Espaço de Visitação e Observação de Aves; 	<ul style="list-style-type: none"> • Passagem Superior Pedonal do Forte da Casa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca Municipal; • Pavilhão Multiusos de Vila Franca de Xira; • Centro de Artes do Rio;
Alcochete	<ul style="list-style-type: none"> • Passeio do Tejo; 		<ul style="list-style-type: none"> • Frente Ribeirinha e Requalificação do Miradouro Amália Rodrigues; 	<ul style="list-style-type: none"> • Salinas do Samouco; • Requalificação da Praia dos Moinhos; • Sítio das Hortas e Pinhal das Areias 		<ul style="list-style-type: none"> • Praia do Sal Lisbon Resort; • Fórum Cultural de Alcochete;
Montijo	<ul style="list-style-type: none"> • Frente Ribeirinha; 	<ul style="list-style-type: none"> • Parque e Quinta do Saldanha; 		<ul style="list-style-type: none"> • Sítio das Nascentes – Estrutura Verde do Montijo*; 	<ul style="list-style-type: none"> • Novo Terminal do Seixalinho; 	<ul style="list-style-type: none"> • Casa da Música Jorge Peixinho*; • Moinho de Maré do Cais das Faluas;
Moita	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvente à Caldeira da Moita; 	<ul style="list-style-type: none"> • Parque José Afonso; • Parque das Salinas de Alhos Vedros; 		<ul style="list-style-type: none"> • Sítio das Marinhas; 		
Barreiro	<ul style="list-style-type: none"> • Passadiços dos Moinhos de Alburrica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Jardim Polis e Recreativo da Cidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Avenida da Praia e Largo da Igreja do Rosário; 		<ul style="list-style-type: none"> • Avenida Urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Moinho de Maré Pequeno/Centro interpretativo;
Seixal	<ul style="list-style-type: none"> • Passeio Ribeirinho Arrentela e Seixal; • Passeio Ribeirinho da Amora; 	<ul style="list-style-type: none"> • Parque Ribeirinho de Amora; • Parque Urbano do Miratejo/Rouxinol*; 	<ul style="list-style-type: none"> • Frente Ribeirinha; 	<ul style="list-style-type: none"> • Observatório de Aves no Sapal de Corroios; 		<ul style="list-style-type: none"> • Museu-Oficina Manuel Cargaleiro; • Moinho de Maré de Corroios; • Hotel da Mundet*;
Almada	<ul style="list-style-type: none"> • Frente ribeirinha do Cais do Ginjal; • Passeio Ribeirinho da Trafaria; 	<ul style="list-style-type: none"> • Jardim do Rio • Jardim Urbano da Costa da Caparica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação da Rua Cândido dos Reis • Requalificação do Núcleo Histórico da Cova da Piedade*; 	<ul style="list-style-type: none"> • Pontões 	<ul style="list-style-type: none"> • Percurso Ciclável Trafaria-Costa da Caparica; • Elevador da Boca do Vento 	<ul style="list-style-type: none"> • Casa do Vapor; • Cozinha Comunitária da Costa; • Reabilitação Museu Naval de Almada;

Quadro 1 | Levantamento de intervenções e identificação de tipologias por município. Fonte própria.

1.2. Em espera: grandes projetos e outras áreas expectantes

No entanto, nem todos os planos e estratégias para as frentes de água se têm concretizado, mantendo-se alguns destes territórios expectantes em relação a investimentos futuros, sem uma integração qualificada no território metropolitano.

Desde logo, os territórios industriais obsoletos na proximidade de frentes urbanas consolidadas, sobretudo na margem sul do estuário, carregam expectativas de transformação particularmente ambiciosas. Em 2008⁷, foi apresentado um plano estratégico para os três principais territórios industriais (881 ha) — Quimiparque (290 ha) no Barreiro, Siderurgia Nacional (536 ha) no Seixal e Margueira (55ha) em Almada — sob o nome de Arco Ribeirinho Sul (ARS) e enquadrado pelo anúncio de construção de grandes infraestruturas: a terceira travessia sobre o Tejo (Lisboa-Barreiro), a ligação ferroviária de alta velocidade (Lisboa-Madrid) e o novo aeroporto de Lisboa (Alcochete).

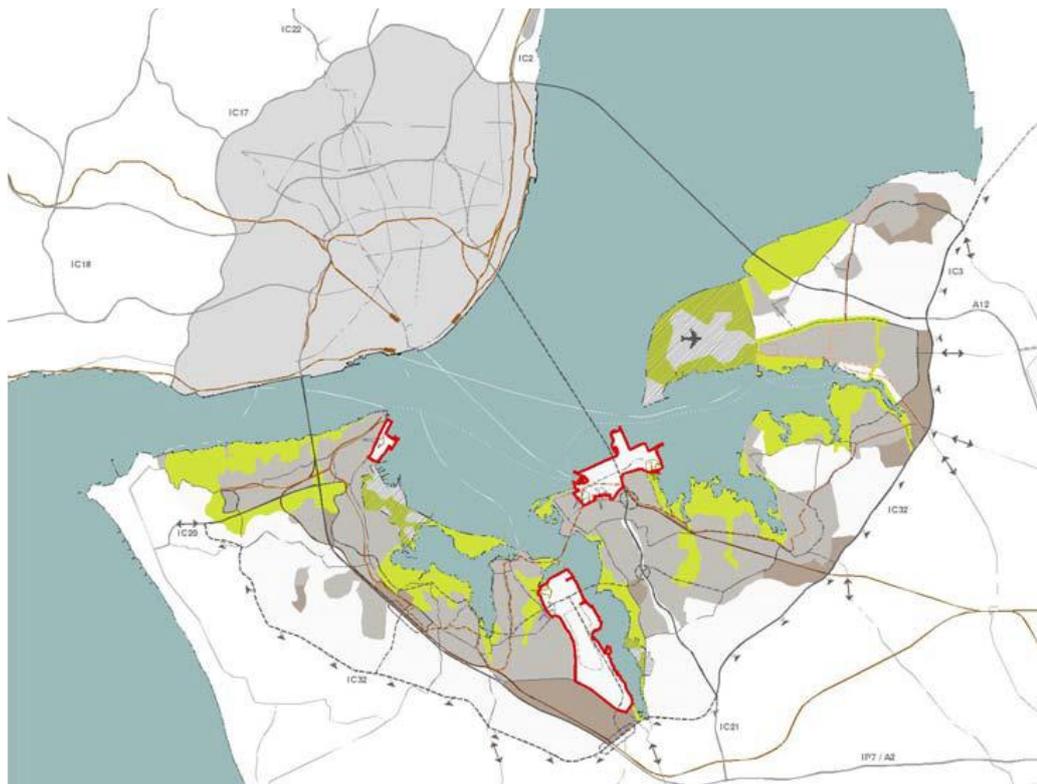


Fig. 8 Área de Implementação do projeto Arco Ribeirinho Sul. Fonte: (Grupo de Trabalho ARS, 2009)

⁷Existiram alguns estudos e iniciativas anteriores para estes territórios, sendo o mais mediático o projeto Elipse (Manuel Graça Dias e Egas José Vieira) para a reconversão dos Estaleiros da Lisnave na Margueira em 1999. O projeto, fortemente especulativo e utópico, discutiu um modelo de ocupação baseado na construção em altura, valendo-lhe a alcunha de "Manhattan de Cacilhas".

A intervenção coordenada foi definida num plano estratégico, com objetivos de desenvolvimento urbano e dinamização económica à escala metropolitana e suportada por instrumentos de gestão territorial (A. L. Brandão, 2015), numa mistura de usos – habitação, comércio, serviços, equipamentos, indústrias limpas. A estrutura institucional apresentada seguiu o modelo já ensaiado: uma sociedade gestora de toda a intervenção e sociedades executoras locais para cada um dos territórios⁸. Mas em 2011, na sequência da crise financeira, as grandes infraestruturas foram suspensas (Fernandes, Figueira de Sousa, Costa, & Neves, 2007), mudando o cenário de rápida viabilização da operação. Após uma reorganização administrativa⁹, recentemente, alguns investimentos voltaram a ter destaque mediático, criando expectativas da sua concretização.

Em 2017, num clima de novos investimentos, o governo anunciou um dos projetos mais relevantes da AML: a construção do novo aeroporto no Montijo, transformando a atual Base Aérea nº. 6¹⁰, incluindo novas infraestruturas de acesso e ligação à Ponte Vasco da Gama. A sua localização próxima de áreas naturais protegidas tem sido apontada por diversas organizações ambientalistas¹¹ e da sociedade civil, o que a par de outras críticas, tem tornado o investimento pouco consensual.

Em 2019, outros grandes projetos foram anunciados nos limites do concelho de Lisboa. O Campus do Mar (64 ha) pretende requalificar a zona ribeirinha entre Pedrouços (concelho Lisboa) e a Cruz Quebrada (Oeiras), com recurso a fundos públicos e privados. Já o projeto para as Jornadas Mundiais da Juventude 2022, visa qualificar a zona adjacente ao rio Trancão (concelhos de Loures e Lisboa), para acolher o grande evento e requalificar aquele espaço após o acontecimento.

No entanto, nem todos os *terrain vagues* têm grandes projetos identificados, mantendo-se espaços vacantes com usos indefinidos. Seja no interior de malhas urbanas consolidadas, seja na sua proximidade, estes espaços, maioritariamente não edificados ou com construções em ruínas, permanecem como vazios, reservas disponíveis para futuras intervenções, dada a falta de procura ou viabilidade para a sua transformação (Brito-Henriques, Soares & Azambuja, 2017). Como caso particular de vazios urbanos, há na AML um conjunto de espaços associados a usos militares, já desativados, com funções reduzidas ou possibilidade de deslocalização futura, que se mantêm como *stock* de solo. Como exemplos dos primeiros encontramos a frente urbana entre o centro do Montijo e o Seixalinho; dos segundos: a Escola da Armada em Vila Franca de Xira.

Noutras áreas de matriz mais natural, próprias do ecossistema ribeirinho — como as várias zonas de sapais, antigas salinas, moinhos de maré e as suas caldeiras — reconhecem-se como espaços vulneráveis, também por uma indefinição de usos ou incapacidade de os integrar nos diversos sistemas territoriais. No entanto, o caráter de abandono que muitos destes espaços têm, não deve impedir que se reconheça o seu importante papel ecológico, paisagístico e estético, cujo potencial poderá ser melhor explorado. Encontramos exemplos como a Ponta dos Corvos ou a frente ribeirinha nasceste de Alcochete.

⁸Arco Ribeirinho Sul, SA - 100% Estado central; Sociedades executoras locais - 60% Estado central + 40% Autarquia.

⁹A prossecução dos objetivos estratégicos do ARS passou para a Baía do Tejo — empresa pública de gestão territorial e parques empresariais criada em 2009.

¹⁰ A construção do segundo aeroporto tem como objetivo a expansão da capacidade aeroportuária da região de Lisboa, dadas as restrições do Aeroporto Humberto Delgado e faz parte do contrato para a concessão do aeroporto à ANA (Vinci Airports).

¹¹Que reclamam uma Avaliação Ambiental Estratégica apesar da Avaliação de Impacte Ambiental com parecer favorável condicionado.

A ausência de uma estratégia de transformação é também comum a um conjunto de espaços edificados de ocupação (mais ou menos) informal, onde a difícil compatibilização entre as necessidades das populações e os riscos e impactos associados à sua permanência naqueles territórios, fazem arrastar no tempo uma intervenção integrada. Casos como os núcleos do Torrão, da Cova do Vapor e algumas zonas da Trafaria mostram esta dificuldade.

Assim, podemos listar algumas tipologias de espaços expectantes:

- Territórios industriais obsoletos (*brownfields*) — espaços abandonados e vacantes sobre os quais recai uma expectativa importante de requalificação; alguns têm projetos pendentes e outros apenas indefinidos.



Fig. 9 Quimiparque, Barreiro; Margueira, Almada; Siderurgia, Seixal. Fonte Própria.

- Áreas associadas a usos militares — já desativados (ou em vias de desativação), que se mantêm como “espaços de reserva” para futuras intervenções necessárias.



Fig. 10 Antigas instalações da Marinha, Vila Franca de Xira; Base Aérea, Montijo. Fonte: (GoogleMaps, 2009) (esq.); Própria (dir.).

- Tecidos urbanos desqualificados — em áreas ambientais sensíveis, sem estratégias de qualificação adequadas.



Fig. 11 Terras da Costa, Almada; Núcleo do Torrão, Almada; Parques de Campismona Costa da Caparica, Almada. Fonte: esquerda (Fernando Guerra | FG+SG in ArchDaily); centro, (Nuno Ferreira Santos in Publico, 2019); direita (GoogleMaps, 2020).

- Espaços naturais — com relevância ecológica, próximos de estruturas abandonadas, mas sem integração territorial qualificada.



Fig. 12 Ponta dos Corvos (Seixal); Sapal de Coima (Barreiro). Fonte Própria.

	<i>Brownfields</i>	Tecidos desqualificados	Espaços naturais	Áreas militares
Vila Franca de Xira			<ul style="list-style-type: none"> Reserva Agrícola Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> Marinha OGMA
Loures	<ul style="list-style-type: none"> Jornadas da Juventude 		<ul style="list-style-type: none"> Várzea de Loures 	
Lisboa	<ul style="list-style-type: none"> Ocean Campus Complexo do Jamor 			
Oeiras				
Cascais				
Almada	<ul style="list-style-type: none"> Margueira Ginjal 	<ul style="list-style-type: none"> Cova do Vapor, Núcleos do Torrão, Terras da Costa, Parques de Campismo da Costa da Caparica 		
Seixal	<ul style="list-style-type: none"> Siderurgia 		<ul style="list-style-type: none"> Ponta dos Corvos Frente Ribeirinha Amora 	
Barreiro	<ul style="list-style-type: none"> Quimiparque 		<ul style="list-style-type: none"> Quinta Braamcamp Sapal de Coina 	<ul style="list-style-type: none"> Escola de Fuzileiros – Vale de Zebro
Moita			<ul style="list-style-type: none"> Quinta dos Ingleses 	<ul style="list-style-type: none"> Base aérea
Montijo				
Alcochete			<ul style="list-style-type: none"> Salinas do Samouco 	

Quadro 2 | Levantamento de Espaços expectantes da AML. Fonte: elaboração própria.

2. Discussão: as dinâmicas e problemáticas da transformação e das áreas em espera na AML

No seu conjunto¹², os espaços alvo de ações de qualificação e os espaços em espera representam uma parte muito considerável do território metropolitano (Figura 2). Uma análise integrada dos vários projetos e iniciativas permite avançar na discussão das formas de transformação vigentes e nas problemáticas de que é necessário esclarecer.

¹²Fora desta classificação transformação vs expectante, é ainda importante listar um conjunto de espaços, com usos e estruturas consolidadas, que desempenham funções “produtivas” inseridas em territórios mais alargados. São exemplos, frentes urbanas consolidadas (sem intervenções de qualificação), áreas industriais e logísticas ou áreas militares em atividade.

consequentemente aumentar a valorização do território (P. Brandão, 2004). A construção desta imagem atrativa contribui, de certa forma, para incentivar outras intervenções adjacentes de carácter público ou privado e para a promoção imobiliária e turística dos territórios. É o caso da mudança reputacional de Lisboa que se manifesta em fluxos de visitantes e investidores externos sem precedentes¹³, mas também extensível a outros territórios da AML. Por exemplo, no centro histórico do Seixal, a par da requalificação da frente ribeirinha e valorização do património industrial, é possível encontrar novas atividades comerciais e promoções imobiliárias, seja para reconversão ou reabilitação de edifícios ou novas construções.

A sistematização das tipologias encontradas — passeios ribeirinhos ou marítimos; parques ribeirinhos; centros históricos; mobilidade — confirma a ideia de que os projetos urbanos nas frentes de água têm constituído espaços quase exclusivamente para o lazer e turismo. Assim, os objetivos destas requalificações poderão ser questionados sobre uma certa mono-funcionalidade, em detrimento de uma maior diversificação de usos e integração com a vida quotidiana dos territórios. Por exemplo, são poucos os casos em que as intervenções nas frentes de rio têm articulações com os tecidos urbanos mais “interiores”; isto embora vários deles se estendam ao longo dos cursos de água.

Em suma, muitas transformações das frentes de água partilham características comuns, donde se destaca a predominância da intervenção em espaço público e numa forte imagem, levadas a cabo a partir de projetos com financiamento dependente de oportunidades ou conjunturas específicas, reforçando a tendência de um carácter excecional das intervenções.

Já quanto aos espaços expectantes, estes resultam, essencialmente, das alterações nos usos e nas atividades produtivas da AML, constituindo atualmente áreas subutilizadas em degradação ou abandonadas. É de destacar que, enquanto os espaços qualificados nas frentes de água são tipicamente eixos lineares ao longo do rio, as bolsas de espaços expectantes têm áreas bastantes mais expressivas e contextos territoriais complexos (p.e. acessibilidade deficitária, passivos ambientais ou financeiros). Apesar destas condicionantes, como reservas de possibilidades futuras, estes lugares mantêm-se como espaços de oportunidades (Soares, 2007), ainda que o próprio potencial futuro, seja muitas vezes um fator de instabilidade para a construção de alternativas viáveis.

Particularmente na margem sul do Tejo, encontramos um considerável conjunto de lugares deste tipo, provenientes de um passado industrial, mas também áreas naturais pouco valorizadas ou integradas no território. Se quanto aos primeiros, várias estratégias e planos urbanísticos se têm revelado de difícil execução, dependentes de ações ou atores externos; nos segundos parece não existir uma visão clara para estes espaços nos instrumentos de gestão urbana. Tendo em conta a dimensão, localização e relevância destes territórios, parece relevante discutir formas alternativas de abordar os espaços em espera (Brito-Henriques, Soares & Azambuja, 2017).

2.2 Novos desafios: a adaptação às alterações climáticas

Se como vimos acima, as frentes de água mantêm a sua atratividade e dinamismo nas dinâmicas urbanas, a consciência ambiental associada aos desafios das alterações climáticas coloca novos desafios na corrente forma de intervir destes espaços, particularmente sensíveis a riscos. Mas são as próprias intervenções

¹³ O Plano Estratégico de Turismo para a região de Lisboa 2020-2024 indica que, em 2017, 19,7% do PIB da Região de Lisboa está associado ao Turismo.

nestes espaços, seja de mitigação ou adaptação — p.e. recuperação de habitats litorais e de zonas húmidas, promoção da biodiversidade — que podem contribuir para uma melhor gestão de fenómenos extremos e mitigar a subida das águas.

O esforço de adaptação terá desde logo, partir de uma articulação e estratégia metropolitana com a discussão plataformas conceptuais e processos operativos que resultem em projetos inovadores (Soares, 2007). Neste sentido, em 2019, a Área Metropolitana de Lisboa apresentou o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas¹⁴, um documento através do qual os respetivos concelhos se comprometem a tomar medidas para minimizar efeitos das alterações climáticas a nível local e metropolitano.

Mas a compatibilização entre uma agenda de adaptação às alterações climáticas, com os desafios sociais e económicos destes territórios, não é pacífica. Na AML, discute-se agora de que forma o investimento público e privado deverá ser feito nestas zonas, uma vez que os inúmeros projetos previstos parecem não refletir os riscos associados e a implementação de medidas de adaptação local ser ainda pouco frequente. O caso do novo aeroporto de Lisboa, espelha claramente esta questão¹⁵, mas é também visível no debate público em torno de outras intervenções antevistas para os espaços expectantes, sobretudo as de maior dimensão.

Encontramos aqui uma oportunidade de diversificar o desenho “típico” associados às intervenções na frente de rio, uma vez que o espaço público mostra ser um lugar privilegiado para a introdução e comunicação de medidas de adaptação às alterações climáticas (Silva & Costa, 2018). As soluções de requalificação podem passar por um maior foco nos usos produtivos e sociais e nas complementaridades - entre o rio e o território, entre os diferentes municípios e entre as atividades existentes. Mas também pela renaturalização das frentes de água, apostando no reforço da sua capacidade ecológica, com a recuperação de habitats litorais e de zonas húmidas, promoção da biodiversidade e a requalificação de estruturas existentes e abandonadas como salinas ou moinhos de maré. Sementes destas intervenções mais estruturantes e integradas, podem ser já encontradas em intervenções como o Eixo Verde e Azul¹⁶ ou o Corredor Verde de Alcântara (Lisboa) e o Corredor Verde da Mundet (Montijo).

Conclusão

Da análise dos últimos 20 anos, verifica-se que as frentes de água da AML têm sido palco de importantes transformações urbanas e funcionais, com uma predominância para intervenções de qualificação dos espaços públicos em frentes urbanas e noutros espaços de matriz mais natural. Apesar da ausência de uma coordenação das diferentes intervenções, encontram-se semelhanças e em casos mais excecionais a procura de uma articulação territorial mais alargada. Da mesma análise, vemos que os grandes projetos têm resultado em projetos adiados e espaços em espera, mostrando que as estratégias e planos nem sempre garantem a viabilidade das transformações destas grandes áreas.

Assim, se a experiência positiva da EXPO'98 alavancou a transformação das frentes de água na AML (pelo efeito demonstrativo, pela introdução de novas tipologias e usos, etc.), hoje parece difícil a reprodução do

¹⁴ O estudo e elaboração do PMAAC-AML foram financiados através do PO SEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) através do eixo prioritário 2 – “Promover a Adaptação às Alterações Climáticas e a prevenção e Gestão de Riscos”.

¹⁵ A instalação do aeroporto na Base Aérea n.º 6 do Montijo irá afetar zonas protegidas e vitais para milhares de aves migratórias e existe uma grande possibilidade de inundação de uma parte da pista de aterragem.

¹⁶ Intervenção integrada entre três municípios de consolidação do corredor ecológico ao longo da ribeira do Jamor. Para além da renaturalização da linha de água, o eixo articula várias áreas urbanas e equipamentos culturais e recreativos.

formato de projeto urbano que lhe deu origem. Desde logo, porque as condições de viabilização (oportunidades, recursos, atores interessados, etc.) não são reproduzíveis, mas também porque os territórios em causa têm contextos e particularidades próprias. Estas dificuldades não impedem, no entanto, que as frentes de água se mantenham como espaços prioritários e de grande visibilidade para os diferentes atores urbanos (públicos e privados), explorando outras formas de intervenção e de retorno. Sendo também ainda possível de sustentar a referência “conceptual” e mesmo territorial da EXPO’98 nas muitas iniciativas de qualificação das frentes de água em curso ou futuras.

No entanto, vemos hoje que há, não só “novos” desafios — adaptação às alterações climáticas, mas também prevalência do turismo, pressão do mercado imobiliário — como “velhos” estrangimentos — desigualdades territoriais, indecisão quanto a infraestruturas estruturantes, incapacidade operativa e instrumentos de planeamento — que parecem exigir outras formas de intervenção mais atentas à particularidade do território e aos seus recursos, e uma visão integrada das ações dos vários intervenientes urbanos.

Tais alternativas, podem passar, por exemplo, pelo potencial unificador do Estuário do Tejo em relação aos vários centros urbanos ribeirinhos. O conceito de “cidade de duas margens”, manifesto do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML, 2002), onde é proposta uma ideia de cidade metropolitana, simbólica e fisicamente, centrada no seu estuário, que ainda está por cumprir. Para tal, será necessário uma melhor coordenação e orientação metropolitana, com ações à escala intermunicipal, municipal e local para potenciar e valorizar a diversidade de usos e ocupações, alcançando a complementaridade e distribuição territorial equilibrada na AML (Soares, 2007).

Na nossa perspetiva, mapear as estruturas existentes e os recursos disponíveis pode ser um ponto de partida para uma discussão necessária sobre como transformar estes espaços — do planeamento ao projeto, da mudança à expectância — e que tenham em conta os vários desafios que têm de ser ultrapassados. Tal debate, ancorado na compreensão específica dos territórios, nos quais se sobrepõem aspetos naturais e artificiais, espaços consolidados e em transformação, o formal e o informal, pode suportar o desenho de estratégias realistas, mas duráveis, de continuidade e adaptação ao longo do tempo.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio concedido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através do projeto de investigação “GrandProjects – ArchitecturalandUrbanisticOperationsafterthe 1998 LisbonWorldExposition” (PTDC/ARTDAQ/32561/2017).

Bibliografia

AVNI, N., & TESCHNER, N. (2019). Urban Waterfronts: Contemporary Streams of Planning Conflicts. *Journal of Planning Literature*, 34(4), 408–420. <https://doi.org/10.1177/0885412219850891>

BRANDÃO, A. L. (2015). A incerteza no processo urbano. A produção do espaço na Margem Sul do Estuário do Tejo. Retrieved from <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/67851>

BRANDÃO, P. (2004). Sobre waterfronts, marca de cidade, design urbano e beautifulpeople. *AML ESTUARIUM*, 5–8.

BRITO-HENRIQUES, E., SOARES, A. L. & AZAMBUJA, S. T. (2017). Os espaços abandonados na cidade: alternativas aos modelos convencionais de recuperação da paisagem urbana. In Fidalgo, P. (Ed.), *Estudos de Paisagem*, 2, 34–2. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/31655>

FERNANDES, A., FIGUEIRA DE SOUSA, J., COSTA, J. P., & NEVES, B. (2007). Mapping stakeholder perception on the challenges of brownfield sites' redevelopment in waterfronts: the Tagus Estuary. *European Planning Studies*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/09654313.2020.1722985>

GRUPO DE TRABALHO ARS (2009). *Projecto do Arco Ribeirinho Sul - Proposta de Plano Estratégico 2009*

MARSHALL, R. (2001). *Waterfronts in post-industrial cities*. London: Spon Press.

MEYER, H. (1999). *City and Port: The Transformation of Port Cities: London, Barcelona, New York and Rotterdam*. Utrecht: InternationalBooks.

Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000,

SILVA, M. M., & COSTA, J. P. (2018). Urban Floods and Climate Change Adaptation: The Potential of Public Space Design When Accommodating Natural Processes. *Water*, 10(2), 180. <https://doi.org/10.3390/w10020180>

SOARES, L. J. B. (2007). Frentes de Água. Espaços de diferenciação e factor de competitividade das Cidades Costeiras. *AML ESTUARIUM*, 5–8.

SOLÀ-MORALES, I. (2002). *Territórios* (Gustavo Gilli). Barcelona.

VIEGAS, L., GRANDE, N., & BRANCO, M. (1997). Contexto, cenário e impacto das operações de reconversão urbana em "frentes de água." *Mediterrâneo*, (10/11), 9–19.

Fontes eletrónicas

<https://www.archdaily.com/775891/community-kitchen-of-terras-da-costa-ateliermob-plus-projecto-warehouse> (consulta a 06/08/2020).

<https://www.google.pt/maps/> (consulta a 31/07/2020).

<https://www.publico.pt/2019/03/30/local/noticia/ultimos-25-anos-nasceram-43-bairros-degradados-almada-1867402>, (consulta a 31/07/2020)